



Viva Maria – o pioneirismo nas discussões de gênero e o resgate das conquistas das mulheres¹

Cláudio Chaves PAIXÃO²

Liana Vidigal ROCHA³

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO

Resumo

Propõe-se o resgate da história do programa Viva Maria, considerado pioneiro nas discussões de gênero através do rádio, no Brasil. Apresentado desde sua criação pela radialista Mara Régia⁴, o programa nasceu em 1981 junto com a intensificação dos movimentos sociais que resultaram nas conquistas feministas. Há 30 anos, o programa é caixa de ressonância para as vozes femininas na luta pelos seus direitos e nas discussões das questões de gênero. Para efeito de análise, serão considerados os 10 primeiros anos de veiculação do “Viva Maria” na Rádio Nacional de Brasília, período que coincide com o momento pré e pós Constituinte. Nesta época o programa esteve ativamente integrado à mobilização do movimento de mulheres em torno das principais reivindicações da plataforma feminista na Constituição de 1988.

Palavras-chave: Viva Maria; Conquistas Feministas; Movimentos Sociais

A história da cidadania feminina no Brasil

Os caminhos trilhados pelas conquistas femininas no Brasil resultaram de um processo histórico e cultural que ao longo dos anos foram se ampliando. Entre as implicações mais recentes desse processo se destacam a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006 e a eleição de Dilma Rousseff, primeira mulher assumir a Presidência do Brasil em 2011.

No Brasil, assim como em vários países latino-americanos, Costa (2005) aponta que as primeiras manifestações femininas começaram através da imprensa feminista. Já na primeira metade do século XIX, alguns jornais começaram a circular em defesa dos ideais feministas.

Na defesa da educação como elemento de essencial importância para a emancipação social da mulher, Josefina Álvares de Azevedo fundou, em 1888, na cidade de São Paulo, o jornal “A Família”, pelo qual divulgava suas idéias. Apesar das mulheres brasileiras terem autorização do governo para estudar em instituições de ensino superior desde 1879, as que

¹ Trabalho apresentado no IJ04 - Comunicação Audiovisual do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte realizado de 17 a 19 de maio de 2012.

² Graduando em Comunicação Social/ Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins, UFT, email: claudio_chaves@uft.edu.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFT, email: lividigal@uol.com.br

⁴ Mara Régia é como se identifica aos seus ouvintes a radialista Mara Régia di Perna.



seguiram este caminho eram criticadas pela sociedade. Josefina foi também uma das primeiras defensoras do voto feminino.

Uma das ações práticas na defesa pelo voto feminino, de acordo com D'Alkmin (199-) aconteceu na elaboração da primeira constituição republicana, em 1890, o médico e intelectual César Zama, defendeu o sufrágio universal, a fim de que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do país. Em 1º de janeiro de 1981, 31 constituintes assinaram um projeto de emenda à constituição de autoria de Saldanha Marinho que concedia direitos de voto às mulheres. Por causa da pressão, o presidente Epitácio Pessoa tirou seu apoio ao substitutivo, 10 dias depois, contribuindo com a sua não aprovação.

Entre as organizações que foram fundadas para lutar pelos direitos femininos no Brasil, Costa (2005) destaca o Partido Republicano Feminista, criado pela baiana Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres pelo sufrágio universal, e a Associação Feminista, que teve forte influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo. As duas instituições mobilizaram um número significativo de mulheres pelas causas feministas.

Nas lutas femininas, Tesser (2011) aponta nomes como Bertha Lutz e Olda de Paiva Meira que estavam articuladas aos movimentos internacionais pelos direitos feministas desde o início do século XIX.

Uma delegação brasileira, em 1919, integrada por Bertha Lutz e Olda de Paiva Meira, representou o Brasil no Conselho Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e na Primeira Conferência foi aprovado, entre outros princípios, o salário igual por trabalho igual. Naquele mesmo ano foi criada a Liga para Emancipação Internacional da Mulher, que defendia o direito ao voto. Em agosto de 1922, a Liga transformou-se na Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF -, dirigida por Bertha Lutz. (TESSER, 2011, p. 23)

Alves e Pitanguy (1981) destacam que o primeiro estado brasileiro a conceder o direito de voto às mulheres foi o Rio Grande do Norte (RN), que em 1927, através da influência do candidato ao governo do estado, Juvenal Lamartine, solicitou ao então governador, José Augusto Bezerra, a inclusão de uma emenda na lei das eleições daquele ano, determinando que os cidadãos pudessem votar e serem votados sem distinção de sexo. Essa lei, de nº 660 foi aprovada em 26 de outubro de 1927.

No ano seguinte foi eleita a primeira mulher para ocupar um cargo eletivo no país, Alzira Soriano, eleita prefeita de Lages (RN). A Comissão de Poderes do Senado não permitiu que ela concluísse o mandato e anulou todos os votos das mulheres que haviam se alistado.

O voto feminino aos poucos foi conquistado em outros Estados. Alves e Pitanguy (1981) ressaltam que quando o presidente Getúlio Vargas promulgou, em 24 de fevereiro de



1932, por decreto-lei o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em 10 Estados do País. Com o novo Código Eleitoral de 1932, a médica Carlota Pereira de Queiroz foi eleita deputada pela Chapa Única de São Paulo. Pioneira na tribuna política na defesa dos interesses femininos, ela buscou modificar a imagem codificada da mulher que passaria da vida familiar às atividades políticas.

A partir de 1945, com o fim do Estado Novo, e o retorno da democracia incluiu-se um número significativo de mulheres nas campanhas nacionais, tais como, a da anistia, a do petróleo e pela paz mundial. Pinheiro (1981) destaca que, sob orientação do Partido Comunista, foi criada a União Feminina para atender a política de frente popular, em 1935, e o Comitê de Mulheres pela Anistia em 1945, que tiveram amplo poder de mobilização e articulação feminina.

Durante o regime militar, os movimentos de mulheres juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados. Surgem em consequência, os movimentos de resistência das mulheres à ditadura, ligados aos movimentos de oposição. Em 1975, ano Internacional da Mulher, é promovida no Rio de Janeiro por um grupo de mulheres, com o apoio da Organização da Nações Unidas (ONU) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), uma semana de debates sobre a condição feminina. Após o encontro, foi criado o Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se constitui em um marco no sentido de se propor a atuar enquanto organização especificamente feminista.

Nos anos de 1980, junto com a retomada da democracia, se constituíram as bases para a consolidação das conquistas femininas através da organização de sindicatos, em que as mulheres promoveram encontros e seminários para discutir sua condição dentro da sociedade. Nesse cenário, em 1981, entrou no ar pela Rádio Nacional de Brasília AM, o programa Viva Maria, considerado pioneiro nas discussões de gênero pelo rádio. O Viva Maria e a década de 1980 serão estudados em mais profundidade na terceira fase do trabalho.

Na década de 1990, segundo Costa (2005, p. 19) inicia-se uma fase de fragilidade dos organismos de governo para as mulheres, dominado pelo clima conservador preponderante no Estado e o descrédito no movimento autônomo. Os movimentos trabalhavam de forma isolada, desprestigiado no âmbito governamental. Por outro lado, no início de 1990, se multiplicaram as várias modalidades de organizações de identidades feministas. As mulheres pobres articuladas através das associações de moradores, as operárias através do departamento feminino de seus sindicatos e associações sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações que passaram se auto-identificar como feministas populares.



Ao percorrer o trajeto das mobilizações femininas na década de 90, Costa (2005) aponta que em 1994 os grupos femininos brasileiros na organização para a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, na China, que aconteceu em 1995, realizaram no Rio de Janeiro a primeira reunião preparatória para o evento. Dessa reunião nasceu a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing 95 – coordenação nacional responsável por chamar a atenção da sociedade civil sobre a importância das conversões internacionais sobre os direitos da mulher e estabelecer novas ações para a mobilização do movimento feminista no Brasil.

A campanha “Mulheres Sem Medo do Poder” lançada pela Bancada Feminina do Parlamento Federal, em 1996, levou para o interior dos movimentos de mulheres a discussão sobre a participação feminina nas decisões políticas. O Congresso Nacional estabeleceu na Legislação Eleitoral através da lei nº 9.100 de 29/09/95, Art. 11, § 3º, que os partidos inscrevessem, ao menos, 20% de mulheres nas chapas proporcionais.

Com a proximidade das eleições presidenciais, em 2000, Costa (2005) destaca que os setores feministas começaram a tomar consciência da necessidade de uma ação conjunta no sentido de garantir um compromisso por parte dos candidatos com as demandas das mulheres.

Essa proposta toma corpo por ocasião do II Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em fins de janeiro de 2002, com a adesão de várias organizações e redes feministas. Entre março e maio daquele ano, foram realizadas 26 Conferências Estaduais, mais de 5.000 ativistas dos movimentos de mulheres de todo o país participaram dos debates com o objetivo de construir uma “[...] Plataforma Política Feminista dirigida à sociedade brasileira, visando ao fortalecimento da democracia e à superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia” (Carta de Princípios). Em junho, foi realizada em Brasília a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, com participação de 2.000 mulheres delegadas das conferências estaduais e representantes das redes nacionais. (Costa, 2005, p.15)

A Plataforma elaborada pelos representantes dos movimentos de mulheres foi entregue a todos os candidatos as eleições, além de ser amplamente divulgada através da imprensa.

Uma das pautas constantes dos movimentos feministas é a violência. Em 2006, as mulheres tiveram uma importante conquista neste sentido. Em 22 de setembro, entra em vigor a Lei Maria da Penha que, entre as várias mudanças, promoveu o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher.

Eleita em outubro de 2010, em 1^o janeiro de 2011 Dilma Rousseff se tornou a primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil. Mesmo com a chegada de Dilma no na presidência, a avaliação feita pela União Interparlamentar, em 2010, apontou que o Brasil está



em 142^o posição em representatividade feminina no parlamento. O que demonstra que apesar dos avanços, há muitos espaços de poder e decisão a ser conquistado pelas mulheres.

Nesse cenário de lutas feministas o programa Viva Maria desponta como uma importante ferramenta na mobilização das mulheres. O programa ainda desempenha o papel de divulgar e conscientizar a sociedade, na busca por fazer valer essas conquistas.

No intuito de percorrer a trajetória do programa ao longo dos anos 80, e sua participação nas ações que resultaram nas conquistas femininas, serão usados registros feitos pelos jornais, revistas, arquivos de áudio do Viva Maria, entrevistas concedidas a programas de rádio e televisão, e depoimentos.

A história do rádio no Brasil e sua relação com a mulher

A primeira transmissão radiofônica no Brasil aconteceu oficialmente no dia 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência. Gisela Ortriwano (1985) lembra que a experiência causou impacto, mas as transmissões logo foram encerradas por falta de um projeto que lhes dessem continuidade, sendo necessário quase mais um ano para que o rádio realmente fosse implantado no país.

Definitivamente, podemos considerar 20 de abril de 1923 como a data de instalação da radiodifusão no Brasil. É quando começa a funcionar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquette Pinto e Henry Monize, impondo à emissora um cunho nitidamente educativo. (Ortriwano, 1985, p.13)

Nos anos 30, o rádio sofre algumas transformações, e a publicidade foi permitida por meio de um decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Em consequência dessa novidade, o rádio passou a usar de seu potencial para conquistar novos mercados e achou na mulher um público alvo promissor e bastante consumista. Assim começaram as produções direcionadas ao público feminino. Na época, só era aceitável a atuação feminina em radionovelas, ou como cantora, mas sem uma participação constante na programação.

Calabre (2003) lembra que nos anos seguintes, especialmente nas décadas de 1940 e 1950, o rádio viveu seu apogeu, em duas décadas que ficaram conhecidas como os anos de ouro do rádio brasileiro. De acordo com a autora, entre os programas de maior audiência radiofônica da época estavam as radionovelas.

Como cenário principal desta época se destacava a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, pela qual foi levado ao ar a primeira radionovela transmitida no Brasil, “Em Busca da Felicidade”, em 05 de junho de 1941. As radionovelas eram anunciadas por comerciais de



produtos de higiene e limpeza, cuja responsabilidade de compra para a casa cabia às mulheres, que passaram a ser vista pelo seu potencial de consumo.

Com o tempo as mulheres passaram a ter espaço nas emissoras de rádio. Tesser (2011) relata que as mulheres começavam pelos programas de auditórios como calouras, depois vieram às participações em peças de radioteatro. Uma das artistas que teve passagem pelos estúdios das emissoras paulistas em 1927, foi a professora de Piano Maria Eugênia de Mello que levava suas alunas para apresentação na Rádio Paulista.

A Revista da Semana, de 15 de julho de 1939, explicava que entre 1926 e 1930, Lamartine Babo e a pianista, Carolina Cardoso de Menezes andavam pelas estações com o clássico número “de passagem pelos estúdios. (Tesser, 2011, p. 40).

Nos anos 30, as emissoras passaram a ocupar o horário com uma programação elaborada, assim, surgiram programas segmentados para atingir um universo maior de ouvintes. Foi nesse período que, segundo Tesser (2011), as mulheres começaram a apresentar nas emissoras do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, programas infantis e femininos.

Um nome feminino sempre ligado à história do Rádio é o de Ismênia dos Santos. Na Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Ismênia foi locutora. Durante sua carreira fez programas femininos, humorísticos, e, em 1936, tornou-se a “Vovó da Rádio Nacional” com o programa Hora dos Garotos.

Dentre os programas infantis, Tesser (2011), destaca, ainda, o Quarto de Hora que passou a ser veiculado pela Rádio Educadora de São Paulo, em 1926, com a Tia Brasilina, nome dado a Peróla Byington. O Rádio Cruzeiro do Sul, de São Paulo, colocou no ar em 1937, sob a direção da professora Virgínia Rizzardí - a Tia Justina – um programa educativo, com o objetivo de fomentar a formação intelectual, com o tempo foram surgindo várias outras tias e avós no rádio.

Conselhos, culinárias e cuidados com os filhos era a linha básica que constituía os programas femininos no início dos anos 30:

Um dos pioneiros foi o programa *Hora do Lar*, comandado por Aspásia, PRC-8, Rádio Guanabara. Compreendia ensinamentos domésticos, aulas de teoria musical e conselhos de beleza. Recebi uma média de 250 cartas por mês. (Tesser, 2011, p.140)

Nos anos seguintes, os programas femininos, que colocavam as mulheres a frente dos microfones, passaram a integrar a grade de boa parte das emissoras do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. A Rádio Clube do Rio de Janeiro (PRA-3) apresentou aos ouvintes A Voz da Beleza, comandado por Lea Silva que transformou o Rádio em objeto de primeira necessidade



para a mulher que queria ser elegante e sedutora. A Rádio Transmissora do Rio de Janeiro apresentava em 1937, *De Mulher para Mulher*, comandado por Irma Gama.

A presença das mulheres no rádio se intensificou principalmente com os programas de auditório, nas décadas de 40 e 50, havia um equilíbrio entre homens e mulheres no rádio. O concurso que elegia a rainha do rádio, criado em 1936, nos anos seguintes movimentou o auditório da Rádio Nacional do Rio de Janeiro que se tornou o palco de uma disputa acirrada entre os fãs-clubes das cantoras Emilinha Borba e Marlene, principalmente entre 1948 e 1950. O concurso se estendeu até 1958, com Julie Joy, eleita última rainha do rádio. Quando eleitas, as artistas tinham direito à participação exclusiva nos programas de rádio, sendo que muitas delas tiveram seu próprio programa.

Durante a década de 1960, além de enfrentar o contexto político ditatorial que se instalou no Brasil em 1964, a mulher que trabalhava em rádio não era bem vista pela sociedade.

A partir de 1970, o rádio passou por um novo processo de reestruturação com o surgimento das primeiras emissoras de frequência modulada (FM) do país. Em tese as participações femininas nas emissoras de rádio já eram vistas sem destinação em relação à figura masculina, mas, assim como nos anos anteriores o número de locutores era superior ao de locutoras.

As produções dedicadas ao público feminino, mesmo tendo estreado nos anos 30, por muitos anos ficaram reduzidos a um espaço dedicado a mulheres como dona de casa. As discussões de gênero por muitos anos ficaram longe dos programas radiofônicos, o pioneirismo ficou com a radialista Mara Régia di Perna, que em 1981 começou a apresentar pela Rádio Nacional de Brasília⁵ o programa *Viva Maria*.

Em 5 de novembro de 1990, o Centro de Projeto da Mulher (Cemina) colocou no ar o programa *Fala Mulher*. De segunda a sexta-feira, das 9 às 10 horas da manhã, na Rádio Guanabara da Rede Bandeirantes, Rio de Janeiro. As mulheres ganharam um novo espaço de debates, entrevistas, notícias, denúncias e serviços de utilidade pública. Em 1992, o Cemina amplia o alcance de sua comunicação e chega à Amazônia através do quadro *Natureza Mulher*, dentro do programa *Natureza Viva*, conduzido por Mara Régia, na Rádio Nacional da Amazônia⁶.

⁵ A Rádio Nacional de Brasília foi inaugurada em 31 de maio de 1958, pelo presidente Juscelino Kubitschek. Participaram da festa importantes artistas, como Grande Otelo, Pixinguinha, Nelson Gonçalves, João Dias, Cauby Peixoto, Carlos Galhardo, entre as mulheres, Ângela Maria, Dóris Monteiro e Lana Bitencourt.

⁶ CENTRO DE PROJETOS PARA MULHER. *Fala Mulher: um olhar feminino no rádio*. In. MATA, M. C. (Org.). **Mulher e Rádio Popular**. (Coleção: Manual de Comunicação). São Paulo: Paulinas, 1997. p. 81-84



No ar Viva Maria, a serviço da igualdade de gênero

No dia 14 de setembro de 1981, o programa Viva Maria foi ao ar pela primeira vez pela Rádio Nacional de Brasília, emissora que na época integrava a Radiobrás⁷. A música “Maria, Maria”, composição de Fernando Brant e Milton Nascimento, desde o início marcou a trilha sonora do programa e se tornou símbolo das lutas femininas pelo rádio. O nome Viva Maria nasceu depois de uma conversa da locutora Mara Régia com a primeira produtora do programa, Antonieta Negrão, inspirado no balé Maria, Maria que estava sendo apresentado em Brasília, pelo Grupo Corpo, de Belo Horizonte.

Mara Régia di Perna começou sua carreira no rádio, em 1979, como produtora na Rádio Nacional da Amazônia, emissora que também integrava a Radiobrás. Em um perfil escrito para a revista Imprensa, Forti (2011) destacou que ao voltar da licença maternidade, do primeiro filho, em 1981, Mara foi convidada pelo gerente da emissora, Eduardo Fajardo, para ocupar um horário na grade de programação. O espaço das 15 às 17 horas havia ficado vazio após dois locutores esportivos brigarem nos microfones e serem despedidos. Mara viu no convite a oportunidade de colocar no ar um programa que falasse com as mulheres, mas para isso teve que aceitar a exigência de que uma voz masculina dividisse os microfones com ela. A presença masculina de acordo com Régia (1988) representou um atraso no crescimento do programa em pelo menos um ano.

Eduardo Fajardo, gerente da Rádio Nacional de Brasília, escolheu o locutor Luiz Adriano para fazer a locução do Viva Maria, na companhia de Mara Régia. Apesar do sucesso da presença masculina, o programa não conseguia alcançar diretamente as mulheres. “Mulher só expõe seus problemas, sua intimidade para outra mulher, elas geralmente tem dificuldades em expor seus problemas para um homem, ainda mais um locutor por quem ela eventualmente pode até se apaixonar.”⁸

O programa contava com um quadro composto por sete pessoas, que revezavam nos microfones da emissora, levando informações para as mulheres, sem muita preocupação com as questões de gênero. Essa característica é percebida em uma apresentação, feita por Régia (1988) dos quadros que compunham o programa:

⁷ Criada pelo artigo primeiro da Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, a Radiobrás estava veiculada à chamada Doutrina Nacional de Segurança Nacional, do Governo Militar. Atualmente, a Radiobrás é chamada de Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Ferrareto (2001, p. 164) destaca que a empresa chegou a contar 38 emissoras de rádio e duas de televisão.

⁸RÉGIA, Mara. Mara Régia: depoimento. [12 mar. 2012]. Brasília, DF, 2012. Em entrevista concedida pela jornalista e locutora do programa Viva Maria, Distrito Federal.



Tânia Mara cuidava das coisas do coração. Dra. Marlene Gontijo nos deixava por dentro da lei. Artemiza, passava receitas culinárias, apesar de detestar cozinhar. Zenilda Araújo falava de moda e beleza a partir de suas próprias combinações trágicas, que misturava listras com estampados, no tempo em que isso era completamente fora de moda, e finalmente eu, [Mara Régia], que entrava com as Dicas da Maria alinhavando o programa com Luís Adriano. Tudo isto sem falar de Antonieta Negrão que partilhava comigo a co-produção e criação do Viva Maria (Régia, 1988, p. 21-22)

Seis meses depois da estréia, na companhia dessa equipe, Mara sugeriu experimentar um programa no qual as mulheres pudessem assumir os microfones. Não demorou muito para que ela começasse a imprimir seu estilo ao falar para o público do campo e da cidade, levando noções de emancipação e sensibilização para a causa feminina, se tornando um canal de reivindicação das mulheres brasileiras.

Nas comemorações do primeiro aniversário do Viva Maria, no dia 14 de setembro de 1982, Thurler (2010) lembra que as Marias que ouviam o programa em Brasília e entorno foram provocadas por Mara Régia a transitarem da condição de ouvintes para a condição de participantes diretas, a partir da festa que ocorreu no teatro da Escola Parque da 108 Sul, na capital federal. Mara transformou o auditório da Rádio Nacional em local de reunião para as discussões femininas encabeçadas pelo Viva Maria. O auditório contava principalmente com a participação das empregadas domésticas que se fortaleceram e se organizaram na criação da Associação das Trabalhadoras Domésticas do Distrito Federal.

No final de 1982, o programa já havia passado por uma série de transformações, a equipe de sete pessoas havia se desintegrado, e algumas das mulheres passaram a participar esporadicamente do programa apenas como colaboradoras. Mara continuava na companhia de um homem, dessa vez Wladimir de Carvalho, e com a produção de Antonieta Negrão.

A partir de 1983, estrategicamente a personagem masculina, de acordo com Régia (1988) foi orientada pela produção a se comportar encarnando a ideologia e a cultura machista, assim as respostas femininas começaram a chegar se integrando a um contexto de discussão de gênero:

A princípio somente por cartas com remetentes que se escondem por trás dos mais inusitados pseudônimos. São “Flores de Liz”, “Rainhas sem Tronos”, enfim, *Marias* que a pouco vão percebendo que o personagem Wladimir é o protótipo do homem que elas têm em casa. E a partir daí então, de carta em carta, desabafo em desabafo, não deu mais para segurar. Explodimos todos. Junto com a nação brasileira que ao mesmo tempo já tentava sair da panela de pressão levando as frigideiras do fogão para as ruas. (Régia, 1988, p. 23)



As mulheres saíam às ruas nos anos seguintes, muitas das vezes com panelas nas mãos em movimentos articulados pelo programa, em favor dos direitos femininos. O Viva Maria alcança sua maturidade e chega a 1984 apenas com Mara Régia no comando dos microfones. A essa altura já havia conquistado a audiência das mulheres e inimizado dos maridos, Forti (2011) destaca que a radialista chegou a receber ameaças dos maridos que iam até a Rádio Nacional de Brasília, para saber de quem era aquela voz que botava “caraminhola” na cabeça das mulheres.

Na linha do tempo a participação feminina se tornava cada vez mais intensa no programa. Em 1985, enquanto era anunciado na vinheta de abertura: “Toque de cinco segundos para a formação da rede mulher... No ar Viva Maria! Vivendo da estranha mania de ter fé na vida e na luta...! A partir de agora 120 minutos para você que de fato e de direito merece viver e amar como outra qualquer do planeta”, as vozes femininas faziam coro ao ritmo da música Maria, Maria, dando o tom do programa.

A conscientização das mulheres já se espalhava por todo o país no contexto do movimento das Diretas Já e da transição democrática em curso no país, as mulheres discutiam sobre a importância da criação de um órgão no governo federal que desenvolvesse políticas públicas para melhorar a condição da mulher, propondo novas leis, novos programas e desenvolvendo projetos específicos, contando para tal com a dotação orçamentária e recursos humanos.

Em agosto de 1985 pela lei número 7.353, o Congresso cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Tuller (2010) em seus estudos aponta que Mara Régia foi indicada como conselheira pelas mulheres do Distrito Federal. No CNDM a criadora de Viva Maria ganhou assento representando o DF.

Dos movimentos encabeçados pelo Viva Maria começou a gestação do Fórum de Mulheres do Distrito Federal (FMDF), que em junho de 1986 foi oficialmente criado, firmando-se como espaço agregador de grupos e de mulheres feministas, espaço de participação, de interação, de mobilização política.

A Rádio Nacional de Brasília tinha na época um auditório enorme, com um pé direito imenso, que abrigava as nossas discussões à noite. Mulheres de tudo quanto era canto, não só ouvintes, mas dos movimentos sociais vinham para discutir com a gente algumas estratégias de comunicação para que todo mundo se engajasse naquela luta, e foi assim que nasceu o Fórum de Mulheres do Distrito Federal.⁹

⁹RÉGIA, Mara. Mara Régia: depoimento [set. 2011]. Brasília, DF, 2011. Entrevista concedida pela jornalista e locutora do programa Viva Maria para o hot site criado dentro das comemorações de 30 anos do programa, Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/vivamaria/genero/30-anos-de-muitas-lutas-e-as-conquistas>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.



Ao descrever os primeiros anos FMDF, Thurler (2010b) aponta que o órgão imediatamente investiu em lutas para denunciar e combater a violência contra as mulheres, demandando a instalação de uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), criada no ano seguinte, em Brasília. O movimento fora desencadeado pelo assassinato da estudante Taís, no campus da Universidade de Brasília, em 1987, cujo namorado Marcelo Bauer foi apontado como principal suspeito. O caso serviu de bandeira de luta pelo combate à violência contra a mulher.

Ao longo dos anos no comando do programa, Mara Régia recebeu relatos de estupro, violência e preconceitos. Por outro lado, ajudou a dar novo sentido à vida de mulheres como Maria Almeida, que em março de 1987, falou com a repórter Deogrécia Pinto, direto da rodoviária do Plano Piloto, em Brasília, e contou o que já havia mudado na sua vida ao longo dos seis anos em que esteve sintonizada com o Viva Maria.

[Depois do Viva Maria] mudou tudo, porque antes eu era uma mulher pacata, caseira. E a partir daí eu aprendi a me libertar, entendi melhor o que é ser mulher. Aprendi com a Mara a gostar do meu nome, que é Maria, que antes eu detestava, alias, eu nem sou chamada de Maria, eu tinha um apelido, as pessoas me chamam de Leda, e não de Maria. Mas agora eu sinto orgulho de me chamar Maria e gosto quando as pessoas me chamam de Maria.¹⁰

O Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, criado em 1985, esteve amplamente engajado nos movimentos pelos direitos das mulheres na Constituinte de 1988, logo, nos seu primeiro ano foi elaborada a estratégia de atuação das mulheres através de uma campanha nacional com os lemas “Constituinte Para Valer tem que ter Palavra de Mulher e Constituinte para Valer tem que ter Direitos da Mulher”. Para engajar as mulheres no movimento foi feito uma articulação nacional envolvendo as mais diversas organizações de mulheres.

Em Brasília, o Viva Maria articulou as mulheres para participarem ativamente dos movimentos desse período através dos microfones da Rádio Nacional de Brasília. Mara Régia convocou as mulheres a estarem presentes nos programas transmitidos direto da rodoviária do Plano Piloto e nos debates no Congresso Nacional. A jornalista lembra: “atravessamos os anos 80 de megafones na rua falando, nosso direito vem, nosso direito vem, se não vem o nosso direito, o Brasil perde também”¹¹.

¹⁰REAPRESENTAÇÃO DE ENTREVISTA CONCEDIDA POR MARIA ALMEIDA EM 1987. **Viva Maria**. Brasília/DF: Rádio Nacional de Brasília AM, 30 de junho de 2011. Programa de Rádio.

¹¹VIVA MARIA NA LUTA HÁ 30 ANOS PELAS MULHERES. **Painel Brasil TV**. Brasília/DF: Portal Web Painel Brasil TV, setembro de 2011. Programa de TV web. Disponível



No final de 1986 o CNDM organizou um grande encontro nacional em Brasília, no Congresso Nacional, para o qual se deslocaram centenas de mulheres de todas as regiões do país e na qual, com base nas propostas recebidas anteriormente e discutidas em plenário, foi aprovada a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.

A carta era um documento das mulheres brasileiras com as propostas para uma ordenação normativa que traduzisse um patamar de igualdade entre homens e mulheres, e afirmasse o papel do Estado na efetivação deste marco normativo.

Em março de 1987, na inauguração do Congresso Nacional, a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes foi entregue pela então presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, ao Presidente do Congresso, deputado Ulisses Guimarães. No mesmo dia, de forma a evidenciar o caráter nacional e articulado desta campanha feminista, a mesma Carta foi entregue nas Assembléias Legislativas dos diversos estados.

Entregamos a Carta das Mulheres do Brasil aos Constituintes, hoje até os homens estão reivindicando mais tempo de licença paternidade, mas naquela época falar de licença paternidade, falar de licença maternidade de 120 dias, era um horror, a gente era tida como louca.¹²

Após a entrega da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, as mulheres se organizaram em um novo movimento de luta pelos seus direitos na Constituição, que ficou conhecido como o lobby do batom, que entre outras bandeiras levantava os direitos à licença maternidade de 120 dias, o direito à posse da terra ao homem e à mulher, igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher, entre outros.

O lobby do batom foi principalmente um movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade guiada por uma Carta Magna. De acordo com Pinto (1994), as conquistas femininas nesse período foi resultado principalmente do novo modelo de articulação adotado pelas mulheres.

A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a conseqüente “conversão” da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política,

em:http://www.painelbrasilTV.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=767:viva-maria-na-luta-ha-30-anos-pelas-mulheres-&catid=58:painel&Itemid=568. Acesso em: 20 de setembro de 2011.

¹⁰ VIVA MARIA NA LUTA HÁ 30 ANOS PELAS MULHERES. **Painel Brasil TV**. Brasília/DF: Portal Web Painel Brasil TV, setembro de 2011. Programa de TV web. Disponível em:http://www.painelbrasilTV.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=767:viva-maria-na-luta-ha-30-anos-pelas-mulheres-&catid=58:painel&Itemid=568. Acesso em: 20 de setembro de 2011.



própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação (PINTO, 1994, p. 265).

Em 1986, pela primeira vez, o Congresso tem uma representação mais significativa de mulheres, entre 26 parlamentares, que sobre a influência do lobby do batom muito contribuíram com as propostas das mulheres, formando assim um grupo suprapartidário de constituintes ficou conhecido como a bancada feminina.

De 1986 a 1988 o Viva Maria¹³ esteve integrado as ações propostas pelo CNDM, juntamente com representações de diversas organizações de direitos das mulheres da sociedade civil, visitou quase que diariamente as lideranças e os diversos deputados, conversando, apresentando estatísticas, testemunhos, denúncias e propostas.

O programa se envolveu ainda na divulgação de spots e mensagens sobre a violência doméstica, sobre a maternidade como um direito e uma opção, e sobre a necessidade de equilibrar a balança do poder entre homens e mulheres.

Em função desses movimentos 80% das reivindicações femininas resultaram em conquistas na Constituição de 1988. Dentre elas estava à licença maternidade de 120 dias, o que segundo Régia (2011) era visto como um escândalo até mesmo por alguns membros do parlamento. “Eles alegavam que o trabalho para as mulheres que estivessem em idade fértil estaria condenado, porque ninguém ia dar emprego para uma mulher que poderia engravidar e ficar em casa por quatro meses.”¹⁴

Considerações Finais

A história demonstra que as mulheres sempre foram colocadas em uma situação de inferioridade em relação ao homem e que as conquistas femininas ao longo dos anos resultaram das lutas das próprias mulheres.

Nos anos de 1980, o rádio desempenhou um papel de fundamental importância no processo de consolidação das conquistas femininas. Foi o meio de comunicação que mobilizou as mulheres na luta pela ampliação dos direitos femininos na Constituição de 1988.

¹³ Atualmente o Viva Maria é apresentado na forma de programete, com duração aproximada de 05 minutos. Vai ao ar de segunda a sexta-feira, em diferentes horários, pela Rádio Nacional da Amazônia, pela Rádio Nacional de Brasília, pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro e emissoras parceiras. O programa também está disponível na internet, em radioagencianacional.ebc.com.br/assunto/viva-maria.

¹⁴RÉGIA, Mara. Mara Régia: depoimento [set. 2011]. Brasília, DF, 2011. Entrevista concedida pela jornalista e locutora do programa Viva Maria para o hot site criado dentro das comemorações de 30 anos do programa, Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/vivamaria/genero/30-anos-de-muitas-lutas-e-as-conquistas>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.



Através da Rádio Nacional de Brasília, o programa Viva Maria esteve amplamente integrado aos movimentos feministas, articulou as mulheres pelas ruas de Brasília e participou ativamente das ações que aconteciam no Congresso Nacional. Após a Constituinte de 1988, o programa passou por várias transformações, sempre acompanhando o percurso da história do Brasil e das lutas femininas.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O Que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALABRE, Lia. Rádio e Imaginação: no tempo da radionovela. In: CUNHA, Magda Rodrigues da; HAUSSEN, Doris Fagundes (Org.). **Rádio Brasileiro: Episódio e Personagens**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

CENTRO DE PROJETOS PARA MULHER. Fala Mulher: um olhar feminino no rádio. In: MATA, M. C. (Org.). **Mulher e Rádio Popular**. (Coleção: Manual de Comunicação). São Paulo: Paulinas, 1997. p. 81-84

COSTA, Ana Alice Alcantara. “O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. Niterói. *Revista Gênero*.v.5, n.2 p.9-35. 1º Sem 2005.FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>. Acesso em: 18.11.2011.

D’ALKMIN, Sônia Maria. **A Conquista do Voto Feminino no Brasil**. São Paulo, 199-. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1219/1163>. Acesso em:18.11.2011.

FORTI, Pamela. Flor Vitoriosa. **Revista Imprensa**, São Paulo, ed. 268, p. 44-48, jun. 2011.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação de dos conteúdos**. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PINHEIRO, Ana Alice Costa. **Avances y definiciones del movimiento feminista em Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Facultad de Ciências Políticas y Sociales, México, 1981.

PINTO, Celi Jardim. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994.



REAPRESENTAÇÃO DE ENTREVISTA CONCEDIDA POR MARIA ALMEIDA EM 1987. **Viva Maria**. Brasília/DF: Rádio Nacional de Brasília AM, 30 de junho de 2011. Programa de Rádio.

RÉGIA, Mara. Mara Régia: depoimento. [12 mar. 2012]. Brasília, DF, 2012. Entrevista concedida pela jornalista e locutora do programa Viva Maria, Distrito Federal.

RÉGIA, Mara. Mara Régia: depoimento [set. 2011]. Brasília, DF, 2011. Entrevista concedida pela jornalista e locutora do programa Viva Maria para o hot site criado dentro das comemorações de 30 anos do programa, Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/vivamaria/genero/30-anos-de-muitas-lutas-e-as-conquistas>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

RÉGIA, Mara. Viva Maria: uma rádio mulher a todo volume. In: RÉGIA, Mara et all. **Como trabalhar com mulheres**. Coleção Fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

THURLER, Ana Liési. Mães solteiras migrantes brasileiras e reconhecimentos: dessas mulheres-mães e dessas crianças. *XXIX Congresso da LASA* (Associação de Estudos Latino-Americanos), *Crise, resposta, recuperação*, realizado em Toronto, Canadá, de 6 a 9.10.2010. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2010/files/1144.pdf>. Acesso em: 18.11.2011.

_____. Movimento social: intermitências, persistências, resistências. O caso do Fórum de Mulheres do Distrito Federal. Comunicação no GT Sociedade civil, políticas de reconhecimento e de inclusa social. *I Seminário Internacional e III Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Realizado entre 11 e 13 de agosto de 2010, em Florianópolis (SC), promoção do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS), da Universidade Federal de Santa Catarina. 2010b. Disponível em: < <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a131.pdf> > Acessado em: 18.11.2011.

VIVA MARIA NA LUTA HÁ 30 ANOS PELAS MULHERES. **Painel Brasil TV**. Brasília/DF: Portal Web Painel Brasil TV, setembro de 2011. Programa de TV web. Disponível em: http://www.painelbrasiltv.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=767:viva-maria-na-luta-ha-30-anos-pelas-mulheres-&catid=58:painel&Itemid=568. Acesso em: 20 de setembro de 2011.